



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. OBJETO

1.1 Aquisição de *Nobreaks* (equipamentos de energia sem interrupção), incluindo a entrega, instalação, garantia de funcionamento e assistência técnica pelo período da garantia do equipamento para atender a unidade da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, localizada na Praça Quinze de Novembro, nº 101 (antigo Convento do Carmo), Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP 20.011-900.

#### 2. JUSTIFICATIVA

2.1 A contratação visa atender a demanda da unidade da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, localizada no Centro da cidade do Rio de Janeiro, conhecida como "Antigo Convento do Carmo", evitando-se que a indisponibilidade de energia elétrica possa causar prejuízos à edificação e aos equipamentos instalados no local.

#### 3. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

3.1 Os materiais deverão atender aos seguintes requisitos:

ITEM	ID	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL
1	170442	<p>Nobreak.</p> <p>Tensão de Entrada: 220V - Trifásico (3F+N) - com tensão de linha 220V e tensão de fase de 127V; Tensão de Saída: 220V - Trifásico (3F+N) - com tensão de linha 220V e tensão de fase de 127V; Potência: 15KVA; Frequência: 60Hz; Forma de onda: Senoidal; Autonomia: a definir (com o fabricante/revendedor).</p> <ul style="list-style-type: none"><li>Modelo de Referência: Schneider Easy UPS 3S 15KVA; Autonomia: 15min.</li><li>Local de Instalação: Bloco 1 do prédio do Antigo Convento do Carmo</li></ul> <p>Obs.: Garantia: 12 (doze) meses</p>	UNIDADE	1 (um)



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

2	170443	<p>Nobreak.</p> <p>Tensão de Entrada: 220V - Trifásico (3F+N) - com tensão de linha 220V e tensão de fase de 127V; Tensão de Saída: 220V - Trifásico (3F+N) - com tensão de linha 220V e tensão de fase de 127V; Potência: 40KVA; Frequência: 60Hz; Forma de onda: Senoidal; Autonomia: a definir (com o fabricante/revendedor).</p> <ul style="list-style-type: none"><li>Modelo de Referência: Schneider Easy UPS 3S 40KVA; Autonomia: 15 min.</li><li>Local de Instalação: Bloco 2/3 do prédio do Antigo Convento do Carmo</li></ul> <p>Obs.:</p> <p>Garantia: 12 (doze) meses</p>	UNIDADE	1 (um)

**3.2** O critério de julgamento dos itens a ser adotado na aquisição em tela será o **menor preço por item**.

#### 4. QUANTITATIVOS E PRAZOS DE FORNECIMENTO

**4.1** A Autorização de Fornecimento será expedida pela Coordenadoria de Almoxarifado em até 30 (trinta) dias, após a expedição do empenho.

**4.2** As entregas e instalações deverão ocorrer em até **15 (dez) dias úteis** da data da autorização de fornecimento na **Unidade da PGE "Antigo Convento do Carmo"**, situada na Praça Quinze de Novembro, nº 101 (antigo Convento do Carmo), Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP 20.011-900, sendo necessário **prévio agendamento** com, no mínimo, **2 (dois) dias úteis**, informando veículo, placa e condutor que fará a entrega.



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

**4.3** A Contratada deverá se responsabilizar pela instalação do equipamento no local indicado no projeto. Para isso, a Contratada deverá verificar a necessidade de transportar o equipamento desmontado para ser montado no local da instalação, não havendo a necessidade de utilização de transporte com rampa para a realização da entrega.

**4.4** A entrega deverá ser agendada diretamente com a Coordenadoria de Almoxarifado pelo telefone (21) 2332-0834 ou 2332-9300, ou pelo e-mail [almoxarifado@pge.rj.gov.br](mailto:almoxarifado@pge.rj.gov.br).

**4.5** O horário de entrega é de segunda-feira a sexta-feira, das 10h às 16h, salvo acordo mútuo entre Contratada e Contratante.

**4.6** Os prazos de entrega admitem prorrogação a critério da Contratante, mantidas as demais obrigações previstas no Edital, desde que ocorra algum dos motivos previstos no art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

**4.7** Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela Autoridade Superior da PGE-RJ, devendo a solicitação ser encaminhada à Procuradoria Geral do Estado até **05 (cinco) dias úteis** anteriores ao vencimento do prazo de entrega estipulado.

## 5. DO RECEBIMENTO

**5.1** O processo de recebimento do objeto será regido de acordo com a seguinte sequência, na forma prevista no art. 73 da Lei nº 8.666/93.

**5.2** O Recebimento Provisório deverá ser realizado no momento da entrega, no local indicado no subitem 4.2., onde será observada a quantidade e as especificações mínimas do material.

**5.3** A simples assinatura (com carimbo) do servidor em canhoto de fatura/nota fiscal ou conhecimento de transporte implica apenas no Recebimento Provisório.

**5.4** O Recebimento Definitivo será realizado em até 10 (dez) dias úteis, a contar da data do Recebimento Provisório.

**5.5** O Recebimento Definitivo ocorrerá, com o auxílio do setor técnico, após a verificação detalhada da conformidade dos materiais, que devem atender às especificações mínimas ou superiores às exigidas no item 3.1.

**5.6** Caso seja observada qualquer desconformidade do objeto com as especificações constantes do Subitem 3.1 durante o período do Recebimento Definitivo, a Contratada será



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

comunicada por escrito.

**5.7** Em até 10 (dez) dias úteis, deverá a Contratada retirar o objeto entregue, responsabilizando-se pelos custos de transporte e efetuar a sua troca, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

**5.8** A comunicação de desconformidade do objeto interrompe a contagem do prazo de Recebimento Definitivo, que, após troca do objeto, retoma sua contagem de até 10 (dez) dias úteis.

**5.9** A Contratada deverá responder às solicitações de esclarecimentos da Comissão de Recebimento de material que por ventura ocorrerem.

**5.10** Caso a substituição do objeto não ocorra no prazo estipulado ou o novo produto também seja rejeitado, a Contratada estará incorrendo em atraso na entrega, estando sujeita à aplicação de penalidades.

## 6. DA GARANTIA

**6.1** Os materiais a serem adquiridos deverão possuir o prazo de garantia de 12 (doze) meses, a contar do recebimento definitivo pela Procuradoria Geral do Estado, devendo responder aos chamados para regularização de qualquer defeito em até 7 (sete) dias úteis, contados do primeiro dia útil seguinte à comunicação do defeito.

**6.2** Durante o período de garantia, na hipótese de os materiais apresentarem defeitos, não atribuídos à guarda inadequada dos produtos adquiridos, caberá ao fornecedor a sua substituição/reposição sem ônus para PGE.

**6.2.1** O item substituto deverá ser equivalente ou superior ao defeituoso, e deverá atender plenamente aos requisitos mínimos constantes deste Termo de Referência.

**6.2.2** O prazo para atendimento da garantia será de 10 (dez) dias úteis, contados do comunicado oficial por e-mail de defeito e/ou vício do objeto.

**6.2.3** A garantia será sempre exigida da CONTRATADA, portanto, em nenhuma hipótese será admitida qualquer transferência de responsabilidade para terceiros.

**6.2.4** Todos os componentes dos equipamentos devem ser do próprio fabricante ou estar em conformidade com a política de garantia do mesmo, não sendo permitida a integração de itens de terceiros que possam acarretar em perda parcial da garantia ou não realização da manutenção técnica pelo próprio fabricante quando solicitada.

**6.2.5** A CONTRATADA deverá fornecer a garantia do fabricante dos produtos de acordo com



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

o definido nas especificações dos itens licitados. A garantia deverá ser executada pela assistência técnica autorizada indicada pelo fabricante na documentação oficial apresentada para o processo, onde o mesmo informa que caso a assistência técnica autorizada esteja impedida de realizar atendimentos, os mesmos serão realizados por outra autorizada (indicada pelo fabricante) ou pelo próprio fabricante sem ônus adicional para este órgão.

**6.2.6** Durante o período de assistência técnica da garantia, a CONTRATADA deverá disponibilizar, sem ônus adicionais, meios para esclarecimento de dúvidas relativas ao uso, instalação ou configuração dos equipamentos, assim como orientação e acompanhamento da solução de problemas, devendo o aludido suporte técnico ser prestado na modalidade ON SITE, isto é, no local de instalação dos equipamentos.

## 7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

**7.1** A CONTRATADA deverá:

**7.1.1** Proceder à entrega conforme item 4.3 do material nos quantitativos e endereços apontados nos itens 3.1 e 4.2 e nas especificações constantes do item 3.1 do presente Termo de Referência e da sua proposta comercial;

**7.1.2** Providenciar a troca, às suas expensas, do material entregue com defeitos de fabricação e que não corresponda às especificações solicitadas;

**7.1.3** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração, decorrentes de sua culpa ou dolo, não implicando em corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes ou prepostos.

**7.1.4** Responder por todos os ônus decorrentes do transporte de embalagem, seguros, taxas, fretes, descarregamento e demais encargos que venham incidir na entrega dos produtos;

**7.1.5** Acatar as exigências da Fiscalização da PGE-RJ quanto à entrega dos produtos, principalmente no que diz respeito a horários, qualidade e quantidade dos materiais e, ainda, a imediata correção de deficiências alinhadas quanto à execução dos serviços contratados.

## 8 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

**8.1** São obrigações da CONTRATANTE:

**8.1.1** Realizar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas.

**8.1.2** Exercer a fiscalização.



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

**8.1.3** Receber provisoriamente e definitivamente o objeto, nas formas definidas no item 5.

### 9 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

**9.1** Os recursos necessários à realização do objeto constante deste Termo de Referência correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Item	Programa de Trabalho	Natureza de Despesa	Fonte
1	09610.1.03.122.0434.1046	4.4.90.52.15	232/230
2		4.4.90.52.15	232/230

### 10 DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

**10.1** Os pagamentos serão efetuados por meio de crédito em conta corrente da instituição financeira contratada pelo Estado (atualmente Banco Bradesco S/A), cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura do contrato ou de outro instrumento equivalente;

**10.2** O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias consecutivos, a contar da data do recebimento definitivo desta contratação;

**10.3** Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestada pelo(s) agente(s) competente(s).

**10.4** A fiscalização do contrato terá o prazo de até 15 (quinze) dias para atestar a nota fiscal e encaminhá-la para pagamento.

**10.5** Em caso de erro, a fatura será devolvida à CONTRATADA, e o prazo referido no subitem anterior retornará à contagem inicial.

**10.6** Os pagamentos devidos à CONTRATADA não excederão os valores apresentados em sua proposta comercial.

### 11 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**11.1** A CONTRATADA inadimplente estará sujeita às penalidades previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93

**11.2** A inexecução do objeto, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeita a CONTRATADA, sem prejuízo da



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, a multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração, sem prejuízo da aplicação das demais infrações previstas no artigo 87 da Lei 8.666/93. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento), conforme preceitua o artigo 87 do Decreto nº 3.149/80.

**11.3** O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo **CONTRATANTE** ou da aplicação das sanções administrativas.

## 12 DISPOSIÇÕES GERAIS

**12.1** Antes de apresentar a proposta, o licitante deverá realizar todos os levantamentos essenciais, de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas ao fornecimento em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços, alteração de data de entrega ou alteração de qualidade;

**12.2** O preço total proposto deverá considerar a consecução do objeto da presente licitação, englobando todos os custos diretos e indiretos incidentes, inclusive a entrega, a instalação e o descarregamento;

**12.3** Cabe à CONTRATADA consultar com antecedência os seus fornecedores quanto aos prazos de entrega do material especificado, não cabendo, portanto, a justificativa de atraso do fornecimento devido ao não cumprimento da entrega por parte dos fornecedores.

**12.4** Todos os avisos, notificações, solicitações e comunicados referentes a prestação do presente objeto só serão considerados entregues devidamente protocolados, enviados por telegrama, carta, fax ou meio digital.

**12.5** Considerar-se-á a CONTRATADA como altamente especializada no produto em questão e que, por conseguinte, deverá ter computado, no valor global de sua proposta, também, as complementações e acessórios por acaso omitidos neste Termo de Referência, mas implícitos e necessários ao perfeito e completo fornecimento dos bens contratados/adquiridos.

**Elaboração:** Jasson Pereira de Moraes – ID 50869043